

União quer US\$ 1,3 bi para estados

Cláudia Safatle
CLÁUDIA SAFATLE

Enviada especial

WASHINGTON — O governo está negociando US\$ 1,35 bilhão em financiamentos para os governos estaduais, junto ao Banco Mundial (Bird) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para cobrir os gastos que os estados terão com o ajuste fiscal que estão preparando.

São cerca de US\$ 600 milhões do BID apenas para dotar os estados de uma máquina eficiente de arrecadação de impostos; e mais US\$ 750 milhões do Bird

para os governadores executarem as reformas patrimonial e administrativa.

A negociação do Rio de Janeiro com o Bird é a que está em estágio mais avançado. O governo fluminense está pedindo um financiamento de até US\$ 500 milhões para financiar o programa de privatização e o aprofundamento da reforma administrativa. Deverá, contudo, obter algo próximo a US\$ 300 milhões. Outros estados que estão negociando são Rio Grande do Sul, que quer US\$ 150 milhões; e Minas Gerais, Ma-

to Grosso, Sergipe e Pará, cujos valores estão sendo acertados.

Para os estados conseguirem obter esses recursos, o Tesouro Nacional teve que abrir mão da exigência de só conceder aval a financiamentos para governos com capacidade de pagamento. Em contrapartida, os governos dos estados que estão reivindicando recursos do Bird vão ter que cumprir metas de ajustamento fiscal.

Cada parcela do financiamento só será liberada se as metas acordadas tiverem sido cumpridas, o mesmo modelo que a insti-

tuição exige do país que toma empréstimos de rápido desembolso para projetos setoriais.

A rigor, segundo o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Roberto Jaguaribe, as metas acertadas com o Bird são as mesmas que os estados estão negociando com o Tesouro Nacional, e passam pela privatização, programas de demissão voluntária e de enxugamento do funcionalismo público, de acordo com o que for permitido pela emenda constitucional da reforma administrativa.

JORNAL DO BRASIL

2 OUT 1996